



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0001944-72.2023.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL

ASSUNTO: Dispensa de Licitação Tradicional – Manutenção preventiva e corretiva, incluindo substituição de peças dos equipamentos médicos, hospitalares e odontológicos.

DESPACHO Nº 230 / 2024 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Seção de Assistência Médica e Social - SAMES, visando à contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos médicos, hospitalares e odontológicos instalados naquela unidade, incluindo eventual substituição de peças a serem adquiridas por este Tribunal.

A contratação pretendida justifica-se na necessidade de assegurar o desempenho satisfatório dos equipamentos médicos, hospitalares e odontológicos da SAMES, a fim de manter a continuidade da prestação de assistência médica aos servidores.

Para instrução do feito, foram juntados os seguintes documentos:

- a) documento de formalização da demanda ([1092177](#));
- b) solicitação de contratação ([1092204](#));
- c) termo de referência n. 14/2023 - SAMES ([1097378](#));
- d) cotação de preços - SAMES ([1117733](#)) ([1117755](#)) ([1117785](#)) ([1117790](#));
- e) proposta da empresa LN COMÉRCIO SERVIÇOS EM APARELHOS ODONTOLÓGICOS LTDA, CNPJ: 26.910.164/0001-40 ([1117733](#)), ofertante do menor preço de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), a qual comprovou as condições mínimas para contratar com a Administração Pública ([1117735](#), [1117737](#), [1117739](#), [1117740](#), [1117743](#), [1117744](#), [1117749](#) e [1125405](#));
- f) documento complementar da empresa que consiste na licença de funcionamento anual ([1117737](#));
- g) informação conclusiva do valor estimado da contratação direta - ICVEC ([1118187](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O Secretário da SAOFC, mediante o Despacho n. 261/2024 ([1119326](#)), autorizou a adoção de dispensa tradicional para a presente contratação, retemendo o feito à SAC, para análise dos documentos da etapa de planejamento da contratação; à COFC, para programação orçamentária; à SECONT, para elaboração de minuta de instrumento contratual; e à AJSAOFC, para análise e emissão de parecer jurídico.

A SAC, após análise formal, concluiu pela regularidade dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, os quais encontram-se em consonância com as normas gerais estabelecidas pelo art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021 ([1120593](#)).

A SPOF, em atendimento ao Despacho n. 253/2024 ([1121349](#)), formalizou a programação orçamentária dos valores a serem executados no corrente exercício ([1122019](#)).

A SECONT elaborou a minuta de Contrato de evento n. [1122405](#) e remeteu à Assessoria Jurídica da SAOFC ([1122406](#)), a qual, após análise, concluiu que o instrumento encontra-se em conformidade com as regras da Lei n. 14.133/2021, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação. Ademais, opinou pela regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, previstos no art. 72 da Lei n. 14.133/2021 e nas disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022; pela possibilidade jurídica da contratação, por meio de dispensa de licitação tradicional, do objeto especificado no TR, diretamente com a empresa vencedora da cotação de preços, a qual também comprovou as condições mínimas para contratar com a Administração Pública; pela desnecessidade da publicação na imprensa oficial, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal. Contudo, ressaltou a necessidade de divulgação do extrato da nota de empenho - ou do contrato - juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO ([1125406](#)).

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pela aprovação dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação; autorização da despesa de forma direta por dispensa de licitação; regularidade da Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação ([1118187](#)); contratação direta da empresa por dispensa de licitação, em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021; e publicação do ato de dispensa no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, bem como a divulgação do ato autorizativo e demais documentos necessários no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, com a inserção dos dados contratuais pertinentes no Contratos.gov.br, o qual automaticamente os divulgará no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ([1125820](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Posteriormente, em atenção ao item 35 do Parecer Jurídico 24/2024 - AJSAOFC ([1125406](#)), foi juntado o Certificado de Registro Cadastral ([1126473](#)) e a Consulta de Restrição para Contratar com a Administração Pública ([1126473](#)), ambos extraídos do SICAF, referentes à empresa LN COMÉRCIO.

Assim instruídos, vieram os autos a esta Diretoria-Geral.

Inicialmente, cumpre registrar que o presente procedimento adota as regras da Lei n. 14.133, publicada em 1º de abril de 2021, regulamentada neste Tribunal na forma da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022.

No caso em tela, estão presentes os documentos obrigatórios da fase de planejamento das contratações diretas, a saber: a) Documento de Formalização da Demanda ([1092177](#)); b) Estimativa da Despesa ([1118187](#)); e c) Termo de Referência ([1097378](#)). A AJSAOFC concluiu pela adequação legal dos documentos.

O caso em apreço não busca a realização de um certame de maior complexidade. Com efeito, trata-se de contratação direta, por dispensa de licitação tradicional, em razão do valor. Para hipóteses como essa, a referida Lei assim dispõe:

"Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;"

Em análise, denota-se que a unidade demandante utilizou a via da cotação direta aos fornecedores potenciais, procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a razão da escolha do fornecedor; e b) a justificativa do preço (art. 72, incisos VI e VII, da Lei n. 14.133/2021). Isso porque a possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A esse respeito, a jurisprudência do TCU é firme ao indicar que a realização de pesquisa de preços, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade.

A versão final da ICVEC foi juntada ao processo no evento n. [1118187](#) e demonstra que a cotação de preços ([1117733](#), [1117755](#), [1117785](#), [1117790](#)), foi expedida a quatro empresas do ramo pertinente ao objeto, sagrando-se vencedora a empresa LN COMÉRCIO, pelo valor de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais). As certidões de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

regularidade foram juntadas ao processo (1117735, 1117737, 1117739, 1117740, 1117743, 1117744 e 1117749).

Por tal motivo, demonstrado o cumprimento dos dois requisitos legais (justificativa do preço e a razão da escolha do fornecedor), a referida contratação pode ser enquadrada na situação de dispensa de licitação em razão do valor, prevista no art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021, atualmente no patamar de R\$ 57.208,30 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta centavos), na forma do Decreto n. 11.317/2022.

No tocante ao fracionamento de despesa, verifica-se pelo quadro juntado no evento n. ([1075769](#)), no bojo do PSEI 0000533-91.2023.6.22.8000, não haver indicação de qualquer outra aquisição no exercício corrente de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo substituição de peças dos equipamentos médicos, hospitalares e odontológicos.

Com relação ao instrumento contratual ([1122405](#)), tem-se como indispensável a celebração de contrato para regular a relação entre as partes, a qual se dará ao longo do tempo com obrigações futuras recíprocas. A AJSAOFC procedeu a devida análise do instrumento, concluindo que esse encontra-se em conformidade com as regras da Lei n. 14.133/2021, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.

Diante do exposto, considerando a necessidade da contratação, com base nas atribuições conferidas pela Portaria TRE-RO n. 66/2018:

a) aprovo o Documento de Formalização de Demanda (DFD) ([1092177](#)) e o Termo de Referência n. 14/2024 - SAMES ([1097378](#)), bem como todos os elementos constitutivos da etapa de planejamento, uma vez que possuem os elementos mínimos essenciais definidos no inciso XXIII e alíneas, do artigo 6º, § 1º do art. 40 e no art. 150 da Lei n. 14.133/2021 c/c com o §1º do art. 10 e §1º do art. 15 da IN TRE-RO n. 9/2022,

b) aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva do evento n. [1118187](#), em cumprimento ao item 40 do Anexo II da Resolução CNJ n. 215/2015 (atualizado pela Portaria CNJ n. 57/2023) e ao Acórdão TCU n. 2622/2015-Plenário;

c) autorizo a despesa, de forma direta, por dispensa de licitação tradicional, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021;

d) adjudico o objeto à empresa LN COMÉRCIO SERVIÇOS EM APARELHOS ODONTOLÓGICOS LTDA, inscrita no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CNPJ sob o n. 26.910.164/0001-40, e autorizo a emissão de nota de empenho no valor de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) em seu favor; e

e) determino divulgação do extrato da nota de empenho, juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, em cumprimento ao comando expresso no art. 94 da Lei 14.133/2021 c/c o disposto no item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022.

À SAOFC para continuidade.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 29/02/2024, às 18:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1127126** e o código CRC **4851B4B7**.